

Independência do Brasil - 1822

Na primeira metade do século XIX temos muitos processos de Independências na América Espanhola, dentre as quais podemos citar; a da Argentina (1811-1816), do Uruguai (1825-1828), do Paraguai (1811-1813), além do Chile (1818), Peru (1821), Venezuela (1817), Colômbia (1819) e Equador (1821), os cinco últimos coordenados pelos “heróis” San Martín e Simón Bolívar. No ano de 1820, temos a Revolução do Porto, em Portugal e a consequente tentativa das Cortes de Lisboa em recolonizar o Brasil, instituindo novamente o Pacto Colonial. É neste contexto que ocorre a Independência do Brasil.

Dom Pedro e as Cortes de Lisboa:

Com a instituição do Parlamento português, as chamadas Cortes de Lisboa, o absolutismo é sumariamente questionado em Portugal, surgindo uma Monarquia Parlamentarista na nação. No ano de 1821, as Cortes exigem o retorno de Dom João VI à Portugal. O rei aceita os termos, convoca eleições para os 75 representantes brasileiros nas Cortes e nomeia seu filho, Dom Pedro como regente do Brasil. Um encontro de populares na Praça do Comércio, no RJ é organizado para que a população jure fidelidade a Dom Pedro, mas muitos populares se aproveitam da manifestação para exigir que Dom João obedeça ao Parlamento português, questionando pela primeira vez no Brasil, o absolutismo do rei. Logo, alguns partidários de Dom João exigem que ele permaneça no Brasil, que não aceite as exigências das Cortes, iniciando-se um conflito que culmina em repressão e morte de populares.

Prenúncio da Independência:

O ocorrido evidencia uma possibilidade real, que a Independência era inevitável caso as Cortes permanecessem com sua política de recolonizar o Brasil. Dom João havia nomeado seu filho como regente para que a dinastia Bragança continuasse a governar o Brasil em caso de separação. O problema consistia no fato do Parlamento português - liberal somente no que tange a política interna da pequena nação - anular a medida de Dom João, exigindo também o retorno de Dom Pedro.

Nesse contexto, temos o surgimento de algumas tendências políticas no Brasil, erroneamente chamadas de “partidos”:

- “Partido Português”: Grupo formado por comerciantes portugueses favoráveis ao retorno do monopólio comercial, fora altos-funcionários públicos e militares de origem portuguesa. Queriam restabelecer a antiga subordinação colonial do Brasil em relação à Portugal.
- “Partido Brasileiro”: Grupo formado por grandes proprietários rurais do RJ, SP e MG, além de comerciantes brasileiros, funcionários e militares beneficiados pela política de Dom João VI. Pretendiam manter o Brasil como Reino Unido a Portugal. Na prática, defendiam uma espécie de monarquia dual, um sistema de poder em que Brasil e Portugal seriam nações irmãs com administrações autônomas, apesar de governadas por um único monarca. O principal líder era José Bonifácio de Andrada e Silva, também conhecido como tripé, irmão de Antônio Carlos de Andrada, da Revolução Pernambucana de 1817. Importante mencionar que a opção pela Independência por

parte dos integrantes deste grupo se deu após o momento em que as Cortes obrigaram Dom Pedro a retornar à Portugal.

- **Liberais Radicais:** Integrado por setores da população urbana brasileira, normalmente pequenos comerciantes, funcionários públicos, artesãos, padres, professores, intelectuais e jornalistas influenciados pelas idéias liberais e republicanas da época. Os principais líderes eram Joaquim Gonçalves Ledo, o comerciante José Clemente Pereira e o liberal baiano Cipriano Barata, integrante dos Cavaleiros da Luz, ordem maçônica que influenciou a Conjuração Baiana de 1798. Desejavam a imediata independência do Brasil e a instituição de uma República semelhante a dos EUA. Se uniram ao partido brasileiro em 1821, quando as Cortes obrigaram a volta do príncipe regente, provavelmente por conveniência política, aderindo à causa monárquica para conseguir a separação de Brasil e Portugal.

Dia do Fico

Em dezembro de 1821 temos o lançamento do já supracitado decreto das Cortes de Lisboa, exigindo o retorno de Dom Pedro. Os liberais radicais, liderados por Gonçalves Ledo coletam assinaturas do povo do RJ, em apoio a permanência de Dom Pedro, uma tentativa de fazer o regente tomar uma decisão. No dia 9 de janeiro de 1822 o documento é entregue a Dom Pedro, que proclama as seguintes palavras: *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”*. Dom Pedro entra em rota de colisão com as Cortes de Lisboa, o episódio sendo mais tarde conhecido como o Dia do Fico.

Consequências da manutenção de Dom Pedro no Brasil:

O general comandante do RJ exige, sob ameaças de suas tropas, que o príncipe regente aceite os termos do decreto das Cortes, sendo derrotado e expulso do Brasil. José Bonifácio convoca um conselho de representantes, chamado de Conselho dos Procuradores das Províncias do Brasil, de modo a auxiliar Dom Pedro a unificar a opinião pública em todas as províncias.

O príncipe regente decide que todas as ordens das Cortes de Lisboa referentes ao Brasil só seriam consideradas como força de lei caso assinadas por Dom Pedro, abaixo de um “cumprase”. Temos também algumas divergências entre os integrantes do Partido Brasileiro de Bonifácio e os Liberais Radicais de Gonçalves Ledo. Este último queria a convocação de uma Assembléia Constituinte para a elaboração de uma Constituição para o Brasil, o que foi feito sob pressão.

“Independência ou Morte”:

A população da Bahia pegou em armas contra o governo local, defensor das Cortes de Lisboa, conflito que perduraria até 1823. Em SP, uma outra rebelião leva Dom Pedro a visitar a Província para acalmar os ânimos. Ao retornar de Santos para a atual capital paulista, estando próximo ao Riacho Ipiranga, Dom Pedro recebe novas ordens das Cortes de Lisboa pelo mensageiro Paulo Bregaro. Elas ordenam que anule imediatamente todas as suas medidas, terminando com o Conselho dos Procuradores e retornando à Portugal. Junto dos decretos, mais duas cartas, uma de seu Ministro do Reino e Estrangeiros, José Bonifácio, que sugere a proclamação de Independência, outra de sua esposa, a Imperatriz Dona Leopoldina, apoiando

a sugestão do ministro. No dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro, atrás de uma moitinha teria gritado: *"Independência ou morte"*. Ao retornar ao RJ, fora conclamado pela Assembléia Constituinte como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, nomeado Dom Pedro I.

Conflitos de Independência:

Com apoio da Inglaterra e a intervenção de mercenários ingleses a favor de Dom Pedro I, o grito do Ipiranga é consolidado. Os comerciantes portugueses, apesar de favoráveis às Cortes de Lisboa, viam a presença de Dom Pedro no trono local como uma forma de manutenção de seus interesses e privilégios. Temos a eclosão de lutas de Independência em algumas regiões, destacando-se:

- Maranhão: Rebelião das lideranças portuguesas de São Luís contra o 7 de Setembro, sendo todas sufocadas por Lorde Cochrane, mercenário inglês que lutava por Dom Pedro sob as ordens da Inglaterra.
- Pará: Revolta liderada por uma junta governamental portuguesa, igualmente sufocada por Cochrane e John Grenfell, também mercenário inglês, bastante atuante nos conflitos internos brasileiros a partir de então, incluindo a Revolução Farroupilha.
- Cisplatina: Província portuguesa criada por Dom João VI, por isso deveras fiel a Portugal, mesmo o rei tendo seus poderes reduzidos pelas Cortes de Lisboa.
- Bahia: Revolta mais longa e sangrenta entre portugueses e brasileiros, durando de 1822 até 1823. No conflito se destaca a figura de Maria Quitéria de Jesus, que se alista nas tropas brasileiras com o nome de José Cordeiro. Ela lutou durante todo o conflito, chegando a fazer dois prisioneiros portugueses, ganhando a Ordem do Cruzeiro do Sul, morrendo de velhice, pobre e cega.

Considerações finais

Importante mencionar que o Brasil se desvencilhou de Portugal de uma forma muito mais amena do que as demais regiões da América Espanhola, talvez em razão da manobra das elites luso-brasileiras em manter o príncipe regente à frente do poder, ou seja, com a manutenção de uma monarquia. A independência foi dirigida pela aristocracia local, sob o beneplácido de muitos comerciantes portugueses que viam no reinado de Dom Pedro I a manutenção de seus interesses, e com a abstinência do povo como um todo.

O processo trouxe o fim do período colonial, mas não implicou em mudanças na estrutura produtiva e social brasileira. Significava a libertação das amarras do Pacto Colonial, mas não da dependência econômica, normalmente privilegiando-se os interesses ingleses no Brasil. O predomínio sócio-econômico e político da aristocracia rural foi mantido, bem como seus interesses. A escravidão foi mantida e a produção agrícola voltada para a exportação iria continuar sendo a base da economia brasileira.